



**PACTO
CONTRA
A FOME**

NOTA TÉCNICA

PNAD Contínua 2024

Suplemento de Segurança Alimentar

Outubro de 2025



/Pacto Contra a Fome



/Pacto Contra a Fome



@pactocontrafome



pactocontrafome.org

Introdução

Os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o Brasil avançou no enfrentamento da insegurança alimentar, mas ainda convive com desigualdades estruturais profundas.

A pesquisa utiliza a Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA) para **capturar mudanças no padrão alimentar em três níveis**: o comprometimento da qualidade nutricional (leve), a redução na quantidade de alimentos (moderada) e a privação de alimentos, inclusive entre crianças, podendo passar um dia ou mais com fome (grave). A EBIA também aborda aspectos psicológicos¹ como a preocupação e a incerteza sobre ter ou não comida suficiente no próximo mês, demonstrando que **a alimentação compete com outras necessidades básicas**.

Esta Nota Técnica pretende discutir o que está por trás desses avanços e as implicações para a manutenção e consolidação desses resultados. **Na Seção 1**, destacamos desigualdades históricas que influenciam a perpetuação do problema. **Na Seção 2**, analisamos o efeito da renda e da empregabilidade como vetores para a insegurança alimentar. Por fim, **na Seção 3**, apresentamos uma síntese da análise dos especialistas Dirce Marchioni e Lucas Moura, do INCT de Combate à Fome, sobre políticas públicas, má nutrição e mudanças climáticas.

¹ SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar medida a partir da percepção das pessoas, 2007. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200012>

1. Olhando para os números da fome

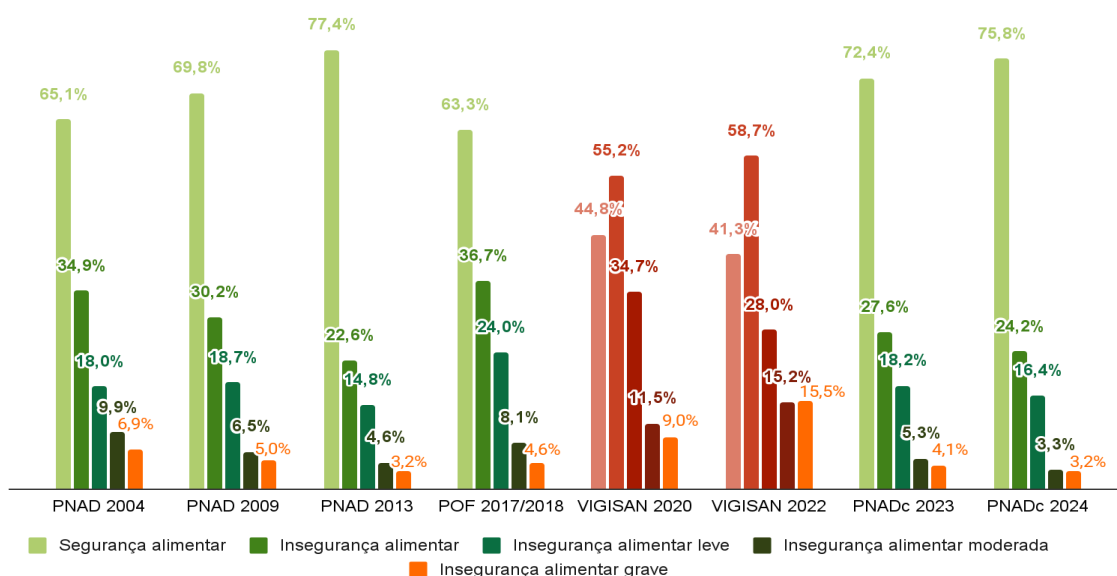
Em 2024, 3 a cada 4 brasileiros estavam em segurança alimentar. A proporção de lares que conseguiram garantir oferta regular e permanente de alimentos aumentou para 75,8%. Esse resultado ultrapassa o cenário de 2023 (72,4%), mas ainda não supera 2013 (77,4%), primeira vez que o país saiu do Mapa da Fome.

Todas as regiões registraram avanços. No entanto, a região Nordeste teve a maior elevação de SAN (+ 6,5 pontos percentuais) e a maior redução da fome no período.

Essa redução consistente é atribuída a um conjunto de ações e políticas voltadas desde a valorização do salário mínimo e redução do desemprego, que elevam a renda e o poder de compra das famílias, até a recomposição orçamentária de proteção social (novo desenho do Bolsa Família) e de incentivo à agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo.

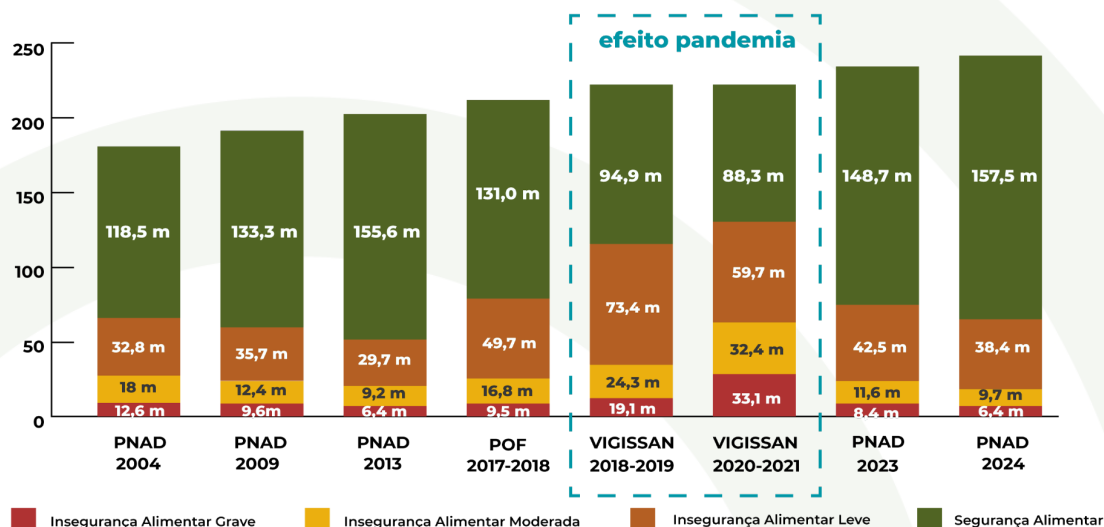
Abaixo, o **gráfico 1** apresenta a série histórica comparando o percentual da população em situação de segurança e de insegurança alimentar total.

Gráfico 1 – Distribuição de domicílios, segundo a situação de segurança alimentar (BRASIL - 2004/2024)



O **gráfico 2** mostra o total de indivíduos (em milhões) em todos os níveis.

Gráfico 2 – Evolução da Segurança e Insegurança Alimentar no Brasil (2004–2024)



Observa-se que o **total de pessoas que conviveram com algum grau de insegurança alimentar caiu de 64,2 milhões em 2023 para 54,5 milhões em 2024**, com ampla redução no nível mais grave de 8,4 milhões para 6,4 milhões.

Em contraponto com o cenário de 2013, ano com saldo mais positivo na série histórica, a pesquisa de 2024 identificou uma **subida tímida de 5,4% no grau de insegurança alimentar moderada**, o que corresponde a aproximadamente 0,5 milhões de pessoas.

Já **no grau leve, houve um crescimento expressivo de 29,4%**, o que representa um aumento de 29,7 milhões para 38,4 milhões de pessoas. Essa mudança evidencia a deterioração silenciosa do padrão alimentar das famílias (ver **gráfico 2**).

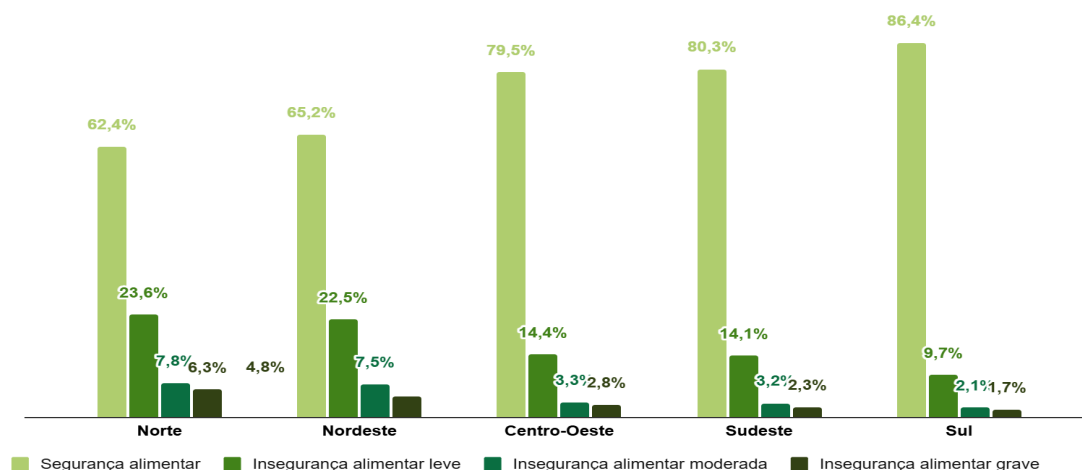
O Brasil saiu do Mapa da Fome, mas continua no radar da má nutrição. Por isso, **compreender que a insegurança alimentar coexiste com o aumento dos indicadores de saúde** – atraso no crescimento e sobrepeso em crianças e obesidade em adultos – é fundamental para políticas públicas mais eficazes.

Médias gerais escondem disparidades históricas e estruturais

Os novos dados da PNAD Contínua de 2024 reforçam que **a insegurança alimentar atinge os domicílios brasileiros de forma profundamente desigual**.

No **gráfico 3**, as regiões Norte e Nordeste aparecem com os maiores avanços, mas continuam com os menores índices de domicílios em segurança alimentar.

Gráfico 3 – Distribuição da Segurança e Insegurança Alimentar por Região do Brasil



Apesar de o recuo na insegurança alimentar grave ser mais expressivo no **Norte e Nordeste** (queda de 1,4 e 1,5 pontos percentuais), **o progresso ainda é insuficiente**. Nessas regiões, quase quatro em cada dez famílias não têm acesso pleno e regular aos alimentos, o dobro das taxas do Sul e Sudeste: 6,3% dos lares do Norte enfrentaram fome contra 1,7% no Sul.

Esse cenário reflete profundas desigualdades de renda, infraestrutura e acesso a políticas públicas. As duas regiões **concentram, juntas, quase o dobro de pessoas em extrema pobreza**, combinando moradia precária, desemprego, distância de serviços, restrições no acesso à água e vulnerabilidade climática².

A insegurança alimentar afeta o campo

Atualmente, 31,4% dos domicílios rurais não conseguem comer de forma adequada, considerando a insegurança alimentar em qualquer grau.

As **famílias rurais**, que, em tese, deveriam ter melhores condições para produzir seu próprio alimento, **enfrentam a fome 1,5 vez** a mais do que nas áreas urbanas.

A falta de terra, água, assistência técnica e apoio institucional fragiliza a

² Nordeste no epicentro: a distribuição espacial da miséria no Brasil. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/nordeste-no-epicentro-distribuicao-espacial-da-miseria-no-brasil>>. Acesso em: 28 out. 2025.

agricultura familiar e expõe um paradoxo: o país é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas não assegura alimentação digna a quem os produz.

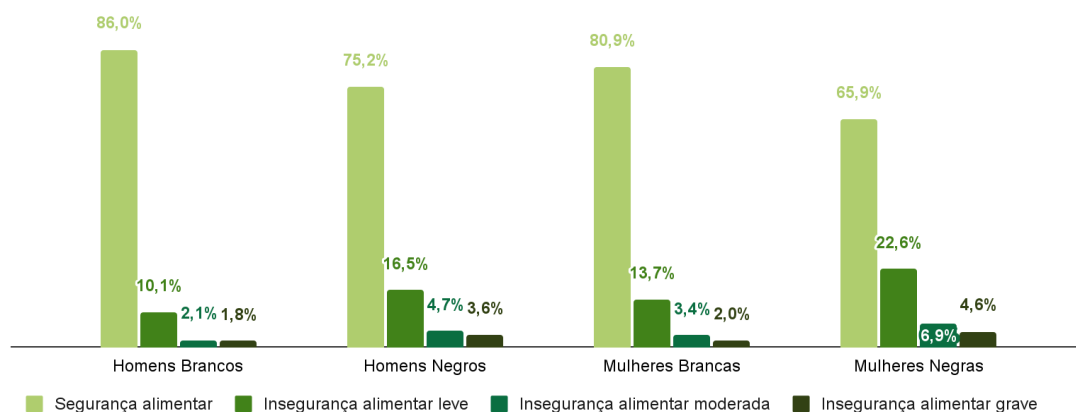
Interseccionalidade: sobreposição de desigualdades

Em toda a série histórica do IBGE, nas PNAD Contínua e Pesquisa de Orçamentos Familiares, **a prevalência de insegurança alimentar nas famílias negras (pretas e pardas) sempre é maior** quando comparadas às famílias brancas, mesmo em condições semelhantes. A interseccionalidade³ entre racismo estrutural e desigualdade de gênero é um dos principais determinantes dessa condição.

No **gráfico 4**, a soma dos três níveis da insegurança alimentar alcança **34,1% dos domicílios chefiados por mulheres negras, quase o dobro do observado em domicílios chefiados por homens brancos (14%)**.

Adicionalmente, outros fatores como a composição familiar, condições e local de moradia, acesso a transporte e empregabilidade também **intensificam as desvantagens da população negra na garantia do direito à alimentação**.

Gráfico 4 – Categorias de Segurança Alimentar por Sexo e Cor/Raça dos Responsáveis pelos Domicílios



A desigualdade se acentua no nível mais crítico: **a prevalência de insegurança alimentar grave é 2,5 vezes maior nos domicílios chefiados por mulheres negras (4,6%)** do que a verificada entre homens brancos (1,8%). Isso demonstra a extrema vulnerabilidade desse grupo em comparação com todos os outros, independentemente do sexo.

³ Silva SO, Santos SMC, Gama CM, Coutinho GR, Santos MEP, Silva NJ. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. Cad Saúde Pública 2022. Doi:<https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621>

A fome e a insegurança alimentar são atravessados por marcadores sociais que evidenciam a **herança histórica da exclusão e a sobreposição de desigualdades** raciais, de gênero, econômicas, geográficas e ambientais, **denunciadas por Josué de Castro desde a década de 1940**.

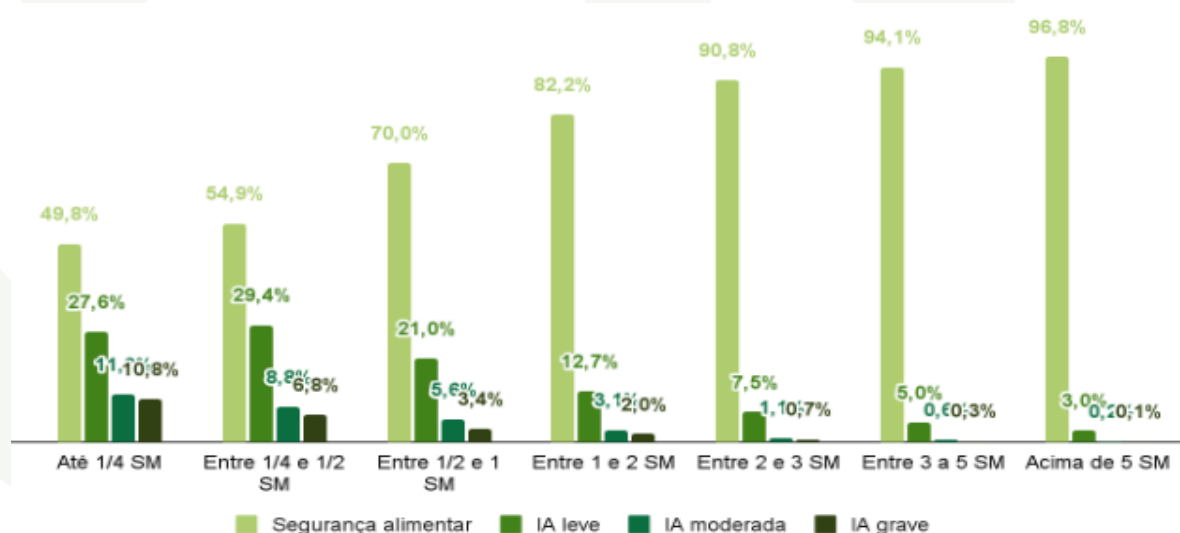
2. Renda, Emprego e Políticas Públicas

A renda como determinante da situação de insegurança alimentar

A limitação de acesso à renda agrava o risco de escassez de alimentos para as famílias mais pobres. Assim, os lares com renda domiciliar *per capita* até um salário mínimo se aproximam das condições mais críticas.

Uma análise entre distribuição de renda e insegurança alimentar⁴, identificou que **entre os 10% mais pobres, sete em cada dez domicílios enfrentam algum grau de insegurança alimentar**, enquanto entre o 1% mais rico, 97 em cada 100 têm segurança alimentar garantida.

Gráfico 5 – Percentual de Domicílios por Situação de Segurança Alimentar e Faixa de Rendimento Domiciliar per Capita



⁴ [A renda e as desigualdades como vetores da insegurança alimentar no Brasil](#), publicado pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da USP.

O **gráfico 5** demonstra que **a segurança alimentar tem melhora contínua com o aumento da renda**: entre 1 e 2 salários mínimos, 82,2% já têm segurança alimentar, e acima de 5 salários mínimos, o índice chega a 96,8%, com níveis pequenos de insegurança.

Dados do Censo Demográfico 2022 estimam que um terço (35,3%) dos trabalhadores brasileiros recebem até um salário mínimo (R\$ 1.212,00 em 2022) e que a renda média domiciliar per capita no Brasil é de cerca de R\$ 1.600,00, um pouco mais que o salário mínimo vigente (R\$ 1.518,00).

Considerando o custo médio de uma cesta alimentar saudável e sustentável, representada pela Nebin⁵ para 2024, **67,8% da população não conseguiria manter uma alimentação de qualidade e pagar outras despesas básicas**, além da alimentação, ao mesmo tempo.

Formalização do trabalho aumenta a segurança alimentar

A precariedade e a instabilidade de renda ampliam a vulnerabilidade alimentar. Observa-se que a insegurança alimentar é significativamente mais elevada entre os domicílios cujo responsável tem ocupações sem vínculo formal, como trabalho por conta própria e sem carteira assinada (**Tabela 1**). Isso demonstra como a empregabilidade e a formalização refletem no indicador de segurança alimentar.

Tabela 1 – Distribuição dos Domicílios por Situação de Segurança Alimentar, segundo a Ocupação e a Formalização do Responsável pelo Domicílio

Ocupação do responsável	Total	Segurança alimentar	IA Leve	IA Moderada	IA Grave
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	21,3%	23,4%	16,7%	11,6%	8,3%
Conta própria	17,4%	17,5%	17,5%	16,3%	15,5%
Empregado no setor público, inclusive servidor estatutário e militar	8,2%	9,3%	5,7%	3,3%	2,4%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	7,1%	6,6%	8,5%	8,7%	9,2%

⁵ A [Cesta Nebin](#), elaborada por pesquisadores da Uerj, USP e Unifesp, reúne majoritariamente alimentos in natura, minimamente processados e que têm menor impacto ambiental, de acordo com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e da Comissão EAT-Lancet. A Cesta representa um conjunto de alimentos ideais em termos nutricionais.

Trabalhador doméstico	4,2%	3,4%	6,2%	7,6%	6,7%
Empregador	3,1%	3,7%	1,1%	0,4%	0,6%
Outros tipos de ocupação	38,8%	36,1%	44,2%	52,1%	57,4%

Os trabalhadores por conta própria apresentam a maior prevalência de insegurança alimentar em todos os níveis, chegando a 15,5% na grave. Já para pessoas empregadas no setor privado, a prevalência de insegurança alimentar grave chega a 9,2% em contratos sem carteira assinada, contra 8,3% quando há carteira assinada.

Inflação e poder de compra

A FAO destaca no relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição” de 2025 que a **inflação dos preços dos alimentos no mundo** prejudicou o poder de compra e o acesso a dietas saudáveis, influenciando o aumento da insegurança alimentar e da desnutrição infantil, sobretudo em grupos já vulneráveis.

Nesse sentido, políticas públicas para **inclusão socioeconômica** – incluindo acesso à renda e valorização do salário mínimo – desempenham um papel crucial na proteção do poder de compra das famílias mais pobres, ainda que seus ganhos sejam comprimidos pela alta dos preços.

No cenário global, o **movimento living wage** (salário digno), que discute um parâmetro de renda que garanta bem-estar, incluindo alimentação e outras necessidades básicas, aos trabalhadores e suas famílias, tem ganhado força. É urgente que o setor privado olhe para a segurança alimentar dos seus colaboradores.

3. Especial: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Combate à Fome

Caminhos possíveis

No Brasil atual, problemas de desnutrição infantil e carência de micronutrientes coexistem com o aumento das taxas de sobrepeso e obesidade em crianças, adolescentes e adultos. Essa combinação aumenta a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e pressiona o Sistema Único de Saúde (SUS).

O acesso a alimentos saudáveis também encontra desafios e barreiras estruturais, como a disponibilidade de tempo para escolher os alimentos e preparar as refeições diante de longas jornadas de trabalho e tempo de deslocamento para tal, além da responsabilidade do cuidado recair, geralmente, somente sobre as mulheres. Este panorama é agravado ainda pela inflação alimentar e pela maior presença de ultraprocessados nas dietas das famílias.

Neste contexto, enfrentar a insegurança alimentar demanda a redução das desigualdades que ainda impulsionam a fome no Brasil, considerando a interseccionalidade de gênero e raça no fortalecimento de políticas afirmativas e na ampliação do acesso a emprego e a programas sociais.

Para isso, políticas públicas intersetoriais e sistêmicas que incorporem a formalização do Pronaf, a distribuição de produtos do PAA a municípios em estado de emergência, o uso de indicadores para priorizar ações de combate à fome, o aumento do percentual de compra da agricultura familiar e o engajamento de doadores na Política Nacional de Combate à Perda e ao Desperdício de Alimentos, são necessárias.

Desafios sistêmicos, como a inserção das famílias mais pobres na rede de proteção social com acompanhamento regular e contínuo e critérios mais bem estabelecidos quanto à busca ativa, inserção e ampliação da cobertura no CadÚnico, que considerem os diferentes níveis de vulnerabilidade de mulheres negras e de famílias em lugares remotos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país, também devem ser corrigidos para que essas políticas tenham efeitos consistentes.

No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é necessário estabelecer o reajuste anual automático dos valores repassados e a ampliação do quadro técnico do programa, bem como da oferta de alimentos da produção agroecológica local e a promoção da educação alimentar nas escolas.

Criar ambientes alimentares mais saudáveis se apresenta como estratégia decisiva, e isso exige medidas que tornem os alimentos saudáveis mais baratos e acessíveis. Essas medidas vão desde a consolidação de uma cesta básica saudável

até a regularização da venda e do marketing de alimentos ultraprocessados, cujo efeito nocivo à saúde é demonstrado por evidências.

Alimentação e saúde na primeira infância: assegurando o futuro

Há evidências robustas de que a programação metabólica na primeira infância exerce papel determinante no risco de doenças futuras, sendo o acompanhamento nutricional adequado desde os primeiros anos de vida, portanto, essencial.

A mortalidade de crianças menores de 5 anos por causas relacionadas ao acesso inadequado à água e saneamento, um dos indicadores mais sensíveis à insegurança alimentar grave e à má nutrição, também permanece elevada em estados do Norte e Nordeste, mostrando que o problema ultrapassa o campo da nutrição e envolve condições básicas de vida.

Essas lacunas não se limitam a consequências no presente do indivíduo, mas têm efeito durante toda a sua vida, comprometendo seu futuro e o das próximas gerações. Isso porque crianças expostas a déficits nutricionais apresentam maiores índices de baixo rendimento escolar, menor produtividade no trabalho quando adultas e maiores chances de desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DNCTs).

Emergência climática

Ao afetar tanto a produção quanto o acesso a alimentos, as mudanças climáticas têm impacto sobre a segurança alimentar. Eventos extremos, como secas prolongadas no Norte e Nordeste, inundações no Sul e ondas de calor no Sudeste e Centro-Oeste favorecem o surgimento de pragas e doenças, aumentam o custo de insumos e podem comprometer a disponibilidade de água para consumo e irrigação, o que impacta especialmente a agricultura familiar e comunidades tradicionais, como indígenas, ribeirinhas e populações do Semiárido.

Esses fenômenos repercutem no aumento dos preços dos alimentos, na perda de sua qualidade nutricional e na maior exposição da população a micotoxinas e patógenos, além de agravar as disparidades regionais já existentes.

Considerando que pessoas pobres e periféricas terão seus desafios ampliados, é urgente que as políticas públicas integrem o combate à emergência climática com estratégias de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Por fim, o Brasil saiu do Mapa da Fome da FAO em 2014 e, novamente, em 2025. Mesmo com muitas conquistas a celebrar, é importante lembrar que a



insegurança alimentar continua sendo um problema estrutural que se reconfigura diante de novos contextos, como a crise climática e o avanço da má nutrição.

Dirce Maria Lobo Marchioni, Profa Titular da Faculdade de Saúde Pública da USP e Coordenadora do INCT Combate à Fome

Lucas de Almeida Moura, Pesquisador do INCT Combate à Fome e Pós-doutorando de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP

Considerações finais

Apesar de **o Brasil ter avançado na luta contra a fome** e mostrado ao mundo que é possível fazer diferente, ainda há 54,7 milhões (24,2% da população) sem acesso pleno à alimentação em qualidade e quantidade suficientes.

A rápida melhora dos níveis de segurança alimentar entre 2023 e 2024 demonstra o impacto positivo das políticas de emprego, valorização do salário mínimo, fortalecimento da agricultura familiar e proteção social.

No entanto, **ainda há oportunidade de transformar os resultados alcançados em política de Estado**, garantindo orçamento contínuo, coordenação federativa e redes locais de abastecimento e nutrição mais fortes.

É preciso reconhecer a atuação fundamental da sociedade civil nos avanços, cujo poder de convocação, cobrança e fiscalização é decisivo para fortalecer a participação social e garantir que as vozes das comunidades e dos grupos vulneráveis sejam ouvidos; assim como **o apoio do setor privado**, que amplia o alcance das iniciativas de impacto.

Diante de ameaças como a instabilidade do mercado internacional, o avanço da má nutrição e os efeitos da crise climática, **não basta garantir comida no prato, é preciso reduzir desigualdades e promover acesso à alimentação de qualidade**, reconhecendo as diferentes desvantagens de grupos e territórios.

O caminho para erradicar a fome e garantir o direito humano à alimentação adequada **depende da nossa capacidade de assegurar que todas as pessoas, sobretudo crianças na primeira infância**, tenham acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, diversa e que represente a cultura regional.

Sem enfrentar os desafios de forma sistêmica e integrada, **a insegurança alimentar continuará comprometendo não apenas a saúde, mas também o desenvolvimento econômico, a produtividade e a qualidade de vida** das próximas gerações.

Por isso, reforçamos que priorizar a agenda de combate à fome e promoção da segurança alimentar é investir no **futuro do país**.



Ficha técnica

Bárbara Marra

Analista de Comunicação

Bruno Gomes

Especialista de Inteligência
Estratégica

Felipe Amorim Pereira

Consultor na Lupa Social

Luan Paciencia

Consultor na Lupa Social

Maria Luiza Vicente

Estagiária de Inteligência Estratégica

Moni Kelly Soares

Analista de Inteligência Estratégica

Sulamita Santana

Coordenadora de Inteligência
Estratégica

Ricardo Mota

Gerente de Inteligência Estratégica

Colaboração

Dirce Maria Lobo Marchioni

Coordenadora do INCT Combate à
Fome

Lucas de Almeida Moura

Pesquisador do INCT Combate à
Fome

Walter Belik

Co-fundador do Instituto Fome Zero